

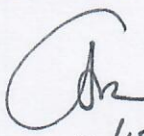


Entrada na Mesa:
Data.. 11/12/2023
Hora.. 15h10m
...O Presidente...

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO
O Presidente

P/Anexar juntamente
com o relatório Parecer
de Com. C.


11/12/2023

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Excelentíssima Senhora,

Presidente da Comissão das Finanças Públicas

Cedelizia F. dos Santos

Data : 05-12-2023

Nº Ref : 32 / VI 6ª / COM.G

Assuntos : Enviar o Relatório e Parecer Setorial da PPL Nº 4 / VI (Iª)-sobre o Orçamento
Geral do Estado para 2024

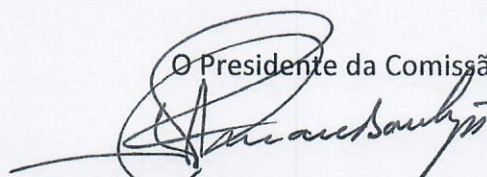
Excelência,

A Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania tem a honra de enviar a Vossa

Excelência o Relatório e Parecer Setorial da PPL Nº 4 / VI (Iª)-sobre o Orçamento Geral do
Estado para 2024.

Com os melhores Cumprimentos.

O Presidente da Comissão,



Deputado Armando dos Santos Lopes



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

PROPOSTA DE LEI N.º 4/VI (I.ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

PARECER SETORIAL



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Índice

Intrudução, ...	Pag. 3
Admissão e ordem de remesse às Comissões, ...	Pag. 3
Anúncio, ...	Página 3
Competências das Comissões Especializadas Permanentes, ...	Pág. 3
Áreas das Competência da Comissão G, ...	Pág.4
Instituição públicas cujo orçamentos foram analisados pela Comissão, ...	Pág. 4
Objetivos do Parecer, ...	Pag. 5
Organização Sistemática, ...	Pag. 5
Designação do Relator, ...	Pag. 5
II. Os trabalhos da Comissão, ...	pag. 6 a 24
III. Enquadramento Constitucional Legal, ...	Página 25
IV analise da proposta orçamental, ...	pag 26 a 36
Analise da proposta orçamental, ...	pag 30 a 36
Conclusões, ...	pag 37
Recomendações, ...	pag 41 a 44
Parecer, ...	pag 44
Aprovação do parecer, ...	pag 45



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

I. Introdução

1. Entrada

A Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2024 – PPL N.º 4/VI (Iª) –, apresentada pelo IX Governo Constitucional, deu entrada na Mesa do Parlamento Nacional no dia 23 de novembro de 2023.

2. Admissão e ordem de remessa às Comissões Especializadas Permanentes

Por despacho de 24 de novembro de 2023, a Senhora Presidente do Parlamento Nacional admitiu a PPL N.º 4/VI (Iª), doravante designada abreviadamente PPL, e determinou a remessa da mesma à Comissão de Finanças Públicas – Comissão C para elaboração do Parecer, bem como às restantes Comissões Especializadas Permanentes, para efeitos de elaboração de Parecer nas respetivas áreas setoriais, nos termos do disposto nos artigos 163.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional (RPN¹).

3. Anúncio

A admissão e a remessa da PPL foram anunciadas ao Plenário, pelo Senhora Presidente do Parlamento Nacional.

4. Competências das Comissões Especializadas Permanentes

Nos termos dos artigos 163º e 164º do Regimento do Parlamento Nacional, às Comissões Especializadas Permanentes compete, no âmbito do procedimento legislativo tendente à aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), elaborar um Parecer Setorial e enviá-lo à Comissão de Finanças Públicas. Para os efeitos de apreciação das propostas de lei, nos termos dos artigos 35.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, as Comissões Especializadas Permanentes convocam as reuniões que julguem necessárias com a participação de membros do Governo, recebem informações destes, convocam titulares de órgãos da Administração Pública e realizam audiências públicas com entidades da sociedade civil. De acordo com o

¹ Regimento do Parlamento Nacional aprovado em 2009 e publicado na Série I do Jornal da República de 11 de novembro de 2009, alterado pelo Regimento do Parlamento Nacional n.º 1/2016, de 11 de Maio.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

disposto nos artigos 35.º, 163º e 164º do Regimento do Parlamento Nacional, à Comissão G compete, na parte referente às áreas da

5. Áreas das Competências da Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

De acordo com o Anexo II da Deliberação do Parlamento Nacional n.º 5/2023, de 10 de julho, que constituiu as Comissões Especializadas Permanentes, são as seguintes as áreas de competências da Comissão G:

- a) Educação;
- b) Juventude;
- c) Formação Cívica;
- d) Cultura, Património e Arte;
- e) Desporto
- f) Comunicação Social;

6. Instituições públicas cujos orçamentos foram analisados pela Comissão

São os seguintes os órgãos do Estado e instituições públicas, departamentos do Governo e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão:

1. Ministério da Educação (ME)
2. Secretário de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional
3. Ministério Juventude Desporto Arte e Cultura (MJDAC)
4. Secretaria de Estado da Arte e Cultura
5. Ministério do Ensino Superior, Ciências e Cultura
6. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA);
7. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

8. Instituto Politécnico de Betano (IPB);
9. Secretária de Estado da Comunicação Social;
10. Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

7. Objeto do parecer

O presente parecer analisa a admissibilidade constitucional e legal da PPL, aprecia a execução orçamental do ano de 2023 bem como o Orçamento do Estado para 2024 e, tendo em vista a eventual formulação de propostas de alterações em sede própria, incorpora os contributos recebidos no âmbito das “audiências públicas” que se mostrem justificados face aos planos de ação anual dos departamentos do Governo, órgãos e serviços da Administração Pública que integram a área de competência material da Comissão G.

8. Organização sistemática

O presente relatório encontra-se dividido em oito capítulos. O Capítulo I é dedicado à introdução; o Capítulo II, aos trabalhos da Comissão; o Capítulo III é reservado ao enquadramento constitucional e legal da PPL; O Capítulo IV é dedicado à análise da PPL, incluindo o Orçamento Geral do Estado para 2024. O Capítulo V é dedicado às conclusões. O Capítulo VI é dedicado às recomendações. O Capítulo VII é dedicado ao parecer. Finalmente, o presente Parecer Sectorial termina com o Capítulo VIII, relativo à votação do Parecer em Comissão.

9. Designação do Relator

Ao abrigo do nº 3 do artigo 34º do Regimento do Parlamento Nacional foi designado o relator o **Senhor Deputado Mateus da Cruz de Carvalho**.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

II. os trabalhos da Comissão

1. Iniciativas realizadas pela Comissão

A Comissão realizou, no âmbito da instrução do procedimento legislativo, as seguintes atividades:

- a) Análise da execução orçamental de 2023, os dados da execução desse orçamento foram preparada pelos técnicos e assessores da Comissão G;
- b) Estudo e análise da proposta de lei do orçamento para 2024 e dos documentos orçamentais que a acompanham;
- c) Audiências públicas com os representantes das principais instituições públicas acima mencionadas.

2. Audiências Públicas

Nos termos da legislação aplicável, designadamente do Regimento do Parlamento Nacional, foram realizadas audiências públicas com todos os Ministérios Secretarias de Estado Serviços e Fundos Autónomos da área de competência da Comissão G, com vista à apresentação do relatório de execução do OGE 2023, bem como para a apresentação da proposta de OGE 2024. Esses encontros serviram para as instituições que ficam dentro do perímetro de competência da Comissão G defenderem o OGE 2024 na parte que lhes cabe, justificando as verbas previstas, tendo sempre em conta as atividades propostas para cada Ministério, Secretaria de Estado, Fundo ou Serviço Autónomo. Essas reuniões permitem aos Deputados fazer uma análise aprofundada da PPL e a formulação de comentários, conclusões e recomendações, bem como para a formulação, em sede de discussão da PPL na especialidade, de eventuais propostas de alteração.

De notar que a Comissão G participou numa Audiência Pública em conjunto com outras Comissões Especializadas Permanentes (Comissões A e C) para a audição com o Ministério da Administração Estatal.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

As audiências públicas foram realizadas em conformidade com a agenda previamente aprovada. Tiveram lugar entre os dias 30 novembro até a 05 de dezembro de 2023.

O calendário das audiências públicas realizadas foi o seguinte:

Data	Hora	Entidade	Atividades	Local
30 de novembro de 2023	9h a 12h	- Ministra da Educação; - Secretário de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional; - INFORDEPE		Sala C. G
	14h a 17h	- Ministro Juventude Desporto Arte e Cultura; - Secretário de Estado Arte e Cultura		
1 de dezembro de 2023	9h a 12h	- Ministro da Administração Estatal - Administração dos Municípios	Comissão A, C e G	Sala do Plenário
	14h30	- Ministra da Solidariedade Social e Inclusão - INSS		Sala do Plenário
4 de dezembro	9h a 12h	- Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura; - Instituto Nacional Ciência e Tecnologias (INCT). - Agência Nacional de Acreditação Académica (ANAA),		Sala C. G
	14h	Secretário da Comunicação Social;		Sala C. G



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

	16h	• Instituto Politécnico (IPB)		Sala C. G
5 de dezembro de 2023	9h	• Universidade de Timor Lorosa'e (UNTL)		Sala C. G
6 de dezembro de 2023	9h:30	• Apreciação e aprovação do Relatório e Parecer Setorial da PPL N°4/VI/ (Iª), sobre o Orçamento Geral do Estado para 2024. • Remessa o relatório à Comissão das Finanças Públicas (Comissão C).		Sala C. G

3. Principais problemas suscitados durante as audiências públicas e os contributos recebidos durante ou na sequência das “audiências públicas”

1. Ministério da Educação e Secretário de Estado do Ensino Secundário e as Escolas Técnicas Vocacionais

Os principais problemas suscitados durante as audiências públicas são, de entre outros, os seguintes:

- a) Em relação a suficiência ou não a alocação do orçamento para a categoria dos salários e vencimentos,

Resposta:

o Ministério justifica que é suficiente para responder as necessidades ao pagamento de salários em 2024, nomeadamente salários para 15.447 dos professores, incluindo os professores que estão no reingresso de sistema, pagamento aos transportes para os professores, pagamento a progressão de escalões, pagamento dos salários de décimo terceiro (13) aos funcionários e aos professores, pagamento aos subsídios de destacamento dos professores aos municípios;

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- b) Comissão G, assinalou que o Ministério de Educação enfrenta uma redução no orçamento, em comparação com alocação orçamental de 2023

Resposta:

O Ministério de Educação regista a observação dos Distintos Deputados, e reconhece que de facto existe uma redução notável, porém considera que o orçamento a atual alocado é adequado e suficiente.

- c) As preocupações da Comissão, relacionadas com a falta de mobiliário e material escolar nas escolas, etc.

Resposta:

O Ministério clarifica que para responder à referida situação, está prevista uma verba para aquisição de mobiliário. Além disso, o Ministério imprimiu livros para Ensino Básico 3.º ciclo, Ensino Secundário Técnico-Vocacional, utilizado o orçamento de 2023. Informou que a distribuição dos mesmos será efetuada no início do ano letivo de 2024. Em 2024, através de cooperação com Banco Mundial – Projeto BEST adquirirá quase 1.000.000 livros para o Ensino Básico dos 1.º e 2.º ciclos. Com isto, o Ministério da Educação pode garantir que as crianças tenham acesso aos livros.

- d) Preocupação com a implementação do programa merenda escolar que atualmente enfrenta muitos desafios.

Resposta:

Relativamente a esta questão informou que a implementação desse programa está sob tutela do Ministério de Administração Estatal, inclusivamente a alocação orçamental para cada Município. Ao Ministério da Educação cabe apenas fazer a supervisão da implementação do programa de merenda escolar. Acrescentando ainda que o Ministério tem competência para assegurar o cardápio “menu” da merenda escolar servida às crianças, assim, o Ministério trabalha em colaboração com outras linhas ministeriais, nomeadamente o Ministério de Saúde e o Programa Mundial de Alimentar (WFP), para poder fornecer uma merenda saudável e adequada, contendo

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

proteína, vitaminas e minerais para ajudar no desenvolvimento cognitivo e físico das crianças.

- e) A preocupação levantada sobre a questão de equivalência.

Resposta:

O Ministério justifica que o programa de equivalência ao nível do ensino básico foi implementado, em 2023, e que continua a elaboração do currículo ao nível de ensino secundário, para poder proporcionar aos jovens aprender de novo, inclusive a efetuar exame de equivalência do ensino secundário.

Relativamente à preocupação da Comissão G, sobre a implementação dos projetos de infraestruturas escolares que não estão de acordo com (BOQ).

- f) A preocupação relacionada com as dificuldades encontradas durante a implementação do projeto comunitário infraestrutura educativo

Resposta:

O Ministério da Educação, aprecia a preocupação e clarifica que essa situação poderá ocorrer no terreno. Também tem em consideração o referido problema técnico, informando que no ano de 2023, contratarão engenheiros suficientes (dois para cada município), com facilidade de locomoção, designadamente motorizadas para fazer a supervisão e prestarem o apoio técnico necessário aos projetos, para minimizar riscos. Mais informa, que em 2024, o ministério continuará a implementar a construção de 114 projetos que ainda não foram concluídos, incluindo salas de aula.

- g) A preocupação levantada sobre a acessibilidade para as crianças com necessidades especiais, até agora continua a não ter a atenção desejada pelo o Ministério da Educação

Resposta:

O Ministério da Educação, clarifica que no projeto/desenho das escolas está incluído o acesso para as crianças com necessidades especiais, e que um dos elementos de check list, continua a reforçar a falta da implementação do padrão de check list existente.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- h) Os deputados mostraram-se preocupados com o funcionamento da política “Fila-Hikas ba Eskola” e sobre o progresso e implementação do programa de home schooling

Resposta:

Com o intuito de dar oportunidade às crianças que não continuam os seus estudos, devido a questões sociais, o Ministério da Educação reconhece a importância dessa iniciativa, porém, para que essa política seja mais dinâmica, participativa e eficaz, necessitam do apoio das entidades relevantes, nomeadamente, do Grupo das Mulheres Parlamentares e outros, para que seja possível resolver esse problema social, que faz parte da realidade timorense. Em relação ao programa home schooling, o Ministério da Educação esclareceu que com a implementação do programa em 2022, foram graduados 500 estudantes.

E que através desses dados verificaram que muitos foram excluídos, “drop out”, uma vez que tinham sido registadas mil (1000) crianças. O Ministério simplifica o programa Home schooling, com o nome de prontidão escolar “Scholl Readiness Program”.

Explicando que efetivamente, o programa havia sido implementado através de ações conjuntas com os parceiros de desenvolvimento, outra razão, foi ter sido também implementado um programa com o nome “Eskola ba uma”, programa de ensino à distância, mediante diversos canais de televisão, youtube, etc... Assim, para evitar confusão com os nomes dos programas, o Ministério esclarece que o programa já foi implementado no município de Baucau, e continuará no próximo ano, 2024. As atividades deste programa estão também no Plano de Ação Anual para 2024.

- i) As comunidade que continua a ocupar o recinto escolar?

Resposta:

O Ministério reconhece que essa situação prejudica muito o funcionamento da escola e consequentemente o processo de aprendizagem dos alunos. Informando que a estratégia utilizada para resolver esse problema, é através



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

de um trabalho conjunto com as entidades relevantes, nomeadamente a Direção de Terras e Propriedades, do Ministério de Justiça, o líder comunitário do Ministério da Administração Estatal.

- j) Os senhores deputados solicitou a explicação ao Ministério de Educação relativamente ao à redução do orçamento, comparando com alocação do orçamento do ano de 2023, uma vez que para o ano 2024 o orçamento

Resposta:

O Ministério de Educação anota a observação da Comissão e reconhece que há mesmo redução. E quer afirmar que a alocação do orçamento para o Ministério é adequado e suficiente e está de acordo com a capacidade de recursos financeiros limitados, mas se necessitar mais alguma vez dos anos que veem, o Ministério irá discutir com Comissão. Merenda escolar não tem qualidade, não só nos municípios, mas na capital também, até a cozinha não tem boa qualidade, até falta mesmo de ter boas condições para os estudantes usufruir deste aludido programa. Qualidade do ensino, falamos de recursos humanos, temos muitos graduados, como é que a política do ME para investilos ao Desenvolvimento do Estado.

K). Pedido de esclarecimento acerca da situação dos professores no âmbito de ingresso especial, que está previsto no artigo 11.º do Decreto Lei 31/2023, de 31 de maio, que os Deputados repararam que existe um lapso na parte de republicação.

L) Bolsa de mérito, há muitos beneficiários questionaram, porque até a data ainda não receberam.

M). Relativamente, o projeto comunitário ainda tem oportunidade para continuar qual é a política do Governo a este projeto?

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). Os deputados solicitam esclarecimento sobre a verba não alocada no capital menor, uma vez que o orçamento alocado no capital menor para apoiar as necessidades do Ministério não tem verba alocada.

Resposta: O MJDAC esclareceu que baseado na decisão do IX Governo Constitucional, não haverá verba orçamental alocada a essa categoria, por essa razão é que não está prevista.

b) Relativamente ao capital de desenvolvimento, está com \$745.983.00 para as questões de infraestruturas. Será que é para fazer uma nova construção ou é para dar continuidade aos projetos anteriores “on going”,

Resposta: O MJDC esclareceu que esta verba é alocada apenas para o projeto de “on going”, o projeto NAHE BITI BO’OT e a continuação da construção do campo de Taibessi.

c) relativamente ao projeto de construção do Estádio de Manatuto.

Resposta: O MJDC salienta que o contrato foi celebrado no dia 17 de novembro de 2023, com a companhia Viqzum, o balanço deste contrato é baseado na verificação efetuada pela ADN, com o montante de \$733,268.01, e a proposta submetida pela companhia com o valor de \$728,260.29, segundo o contrato, a obra será concluída em abril de 2024.

d) Hakbi’it atividade da juventude na área do Empreendedorismo, alguns grupos/beneficiários não utilizam o orçamento de forma adequada, ou utilizam para outros fins.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Resposta: O MJDC esclareceu que no processo inicial é o Centro de Juventude que fez avaliação das propostas dos grupos vencedores, mas depois compreendemos que há dificuldade em avaliar e controlar, assim, resolvemos a questão por meio de um mecanismo de assinatura de um acordo interministerial com Ministério de Administração Estatal, e transferir-se o orçamento direto para os postos administrativos. E este assunto está a ser examinado pela equipa de auditoria, está também a realizar-se uma inspeção, quando tudo estiver concluído será submetido um relatório à Comissão.

e) Relativamente, aos graduados da Universidade Nacional de Timor- Lorosae (UNTL) na área de Desporto, qual a política do Governo para garantir a sua integração da vida profissional.

Resposta: não

f) Para o processo do Projeto de Lei das Artes Marciais da Legislatura anterior, qual a política do IX Governo. Será que irá ser retomado, para que possa dar continuidade a esse processo.

Resposta: O MJDC esclareceu que tecnicamente é necessário, mas a decisão será da Comissão.

g) Relativamente à verba alocada na categoria de transferências públicas com montantes elevados.

Resposta: O MJDC justifica que a maioria do orçamento do MJDC alocado nas transferências públicas, cuja intenção é apoiar os parceiros de Juventude, Desporto, Arte e Cultura e as atividades do MJDAC, através do centro de juventude, organização e desporto que trabalha conjuntamente nos programas de inclusão social (980), cultura e património (024).

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

h). Relacionado com o orçamento de festival, o Governo está comprometido de dar a continuar do festival de Fronteira.

Resposta: tendo um calendário e o MJDC vai trabalhar junto com Centro Nacional Chega (CNC) para a continuação do festival nos municípios próximos de fronteira e vai ser envolvido os *lia nain* nos municípios todos, e o seu orçamento está previsto no OGE para 2024.

I). Relativamente ao orçamento para o Festival Fronteira, o Governo está comprometido em dar-lhe continuidade.

Resposta: Tendo um calendário o MJDC vai trabalhar em conjunto com Centro Nacional Chega (CNC), para dar continuidade ao festival nos municípios próximos da fronteira, e vão ser envolvidos os *lia nain* em todos os municípios, e o seu orçamento está previsto no OGE para 2024.

3. Ministério de Administração Estatal

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). Orçamento de merenda escolar entra agora no orçamento do MAE, queremos saber com a redução do orçamento ao programa vai ter a implicação ou ao contrário,

Resposta:

o MAE esclarece que nos municípios têm seus inspetores de auditoria para controlar ou inspecionar a implementação do programa, e o Tribunal das Contas também continua a fazer o seu trabalho.

b). Através de fiscalização a comissão reparou que há falta de qualidade da construção relativamente as infraestruturas educativas, uma vez que a construção feita pelo programa de PNDS não condiz com as normas e regras do Ministério da

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Educação, a esta questão não tem resposta pelo o Ministério da Administração Estatal.

4. Ministério de Ensino Superior, Ciência e Cultura

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). *A UNTL tem um enorme problema de dropout de estudantes. Qual a política e que mecanismos o Governo entende serem adequados para resolver esta questão?*

- O Governo reconhece que este assunto do *dropout* de estudantes é muito pertinente e precisa de medidas para reduzir o número de estudantes que se inscrevem no ensino superior e depois não continuam os seus estudos. As Instituições de Ensino Superior públicas e privadas têm autonomia administrativa e académica, pelo que esta questão deve ser uma preocupação de cada instituição, nomeadamente identificar as razões que levam os estudantes a abandonar os estudos.
- De salientar que os processos de Avaliação Programática implementados pela ANAAA têm como um dos critérios identificar o abandono escolar (*dropout*) e as razões inerentes ao mesmo. Assim, com base nas informações disponíveis, é possível sistematizar estes dados e propor eventuais medidas de combate ao *dropout* no ensino superior, devendo esta questão ser tratada no âmbito da nova Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores. O Governo está ainda a implementar um Sistema de Base de Dados do Ensino Superior que deverá ficar concluído em 2024 e «será um instrumento importante para identificar no futuro, com maior rigor, o *dropout* dos estudantes em todas as instituições de ensino superior.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

b). No OGE 2024, o Governo alocou uma verba de 5 milhões para apoiar as Instituições de Ensino Superior privadas. Qual o mecanismo que o Governo pretende implementar para executar esse orçamento de subvenções públicas às Instituições de Ensino Superior? (por exemplo, será para infraestruturas, para as Instituições baixarem o valor das propinas, para pagar salários dos docentes, etc.)

- O Governo alocou uma verba de 5 milhões para apoiar atividades prioritárias e relevantes nas Instituições de Ensino Superior privadas com o principal objetivo de melhorar a qualidade de ensino. No entanto, a atribuição deste orçamento será feita através da assinatura de um contrato-programa que definirá os termos e os objetivos de execução do orçamento para cada instituição, de acordo com os pareceres emitidos no âmbito dos trabalhos realizados pela Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores.
- Primeiramente, o contrato programa assinado com cada Instituição de Ensino Superior terá o seu próprio objeto, montante e obrigações para cada uma das partes. Significa, que irá ser feita uma adaptação às necessidades e condições específicas de cada instituição, de modo a que os resultados deste investimento sejam, em particular, importantes para o crescimento da instituição e, em geral, para o aumento da qualidade do setor do ensino superior. Além disso, as transferências dos montantes de subvenção terão se corresponder a contrapartidas oferecidas pelas instituições, como por exemplo, uma possível redução das propinas pagas pelos estudantes, o encerramento de cursos identificados como não relevantes para as necessidades de recursos humanos ou abertura de novos cursos em áreas prioritárias e ainda não oferecidos por nenhuma instituição de ensino superior no país.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

c). *No Acesso ao Ensino Superior público, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/2009, existem diversos regimes especiais (veteranos, oportunidade, etc) que, por vezes, têm sido alvo de críticas. Porque é que o Ministério não entrega a responsabilidade às Universidades? Vão revogar esta legislação?*

- O procedimento de acesso e ingresso no ensino superior público está regulamentado, pelo Decreto-Lei n.º 36/2009, desenvolvido, anualmente, pela aprovação e publicação de um Diploma Ministerial, enquanto instrumento administrativo da legislação agora mencionada.
- Sublinhar que, apesar da existência de regimes especiais de acesso legalmente exigidos, a maioria das vagas são preenchidas pelos estudantes que acedem pelo regime geral (70% do total de vagas anuais). Nos últimos anos, incluindo 2024, tem-se garantido um constante equilíbrio proporcional (70% regime geral e 30% regimes especiais) entre os dois regimes. Mais se esclarece que nos 30% de vagas dos regimes especiais, entre 10% a 15% é sempre correspondente ao subregime especial de Oportunidade destinado a estudantes finalistas do ensino secundário nos quatro anos anteriores a quem é concedida uma nova oportunidade, apesar de estarem em situação similar aos dos estudantes do regime geral.

Ademais, a maioria das vagas dos regimes especiais (acima de 20%) exigem a realização de um exame de acesso preparado por docentes da UNTL, por solicitação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, nos termos da sua responsabilidade relativamente a este procedimento. A examinação dos estudantes a concorrer no acesso garante uma avaliação e verificação das competências básicas para frequentarem o ensino superior.

Importante concluir que este procedimento é conduzido por uma Comissão de Acesso ao Ensino Superior (CAES), que na sua composição integra representantes da UNTL e do IPB, indicados pelos órgãos legalmente responsáveis para o efeito em respeito da autonomia académica e

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

administrativa e de forma a manter a constante cooperação entre Governo e as Instituições de Ensino Superior.

d). Qual o ponto de situação do projeto da Cidade Universitária de Aileu?

Este projeto não consta do Programa do IX Governo Constitucional e foi superiormente decidido suspender a implementação do mesmo.

Contudo, é importante informar que o Governo mantém o terreno destinado para implementação daquele projeto livre de pessoas e imóveis, uma vez terminado, antes da tomada de posse do atual IX Governo Constitucional, o processo de indemnização das famílias afetadas pela construção do referido projeto.

Desta forma, o terreno manter-se-á nas condições adequadas para uma eventual implementação de todo e qualquer projeto e que se adequa à sua localização e dimensão.

e). Qual a política do Governo para assegurar a qualidade nas Instituições do Ensino Superior e responder às necessidades do Mercado de Trabalho?

Responde a esta questão, informou aos senhores deputados que, o IX Governo Constitucional tem o setor do ensino superior como um dos mais prioritários para o trabalho a realizar no seu mandato. Por essa razão, foi dada prioridade à criação da Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores (CUIS), através do Decreto-Lei n.º 56/2023, de 6 de setembro, relativo à orgânica deste Ministério. Esta Comissão é competente para realizar o estudo e elaborar uma estratégia coletiva na definição do melhor modelo de assistência por parte do Estado e dirigida aos estabelecimentos de ensino superior universitários ou técnicos, bem como definir um plano coletivo para implementação de mecanismos e políticas que elevem a qualidade do setor de ensino superior de Timor-Leste.

Outro aspeto importante, foi a nomeação de uma equipa de especialistas técnicos, composta pelo MESCC, SEFOPE, Ministério da Educação e ANAAA, e que é

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

responsável por elaborar uma proposta de alteração ao Sistema Nacional de Qualificações de Timor-Leste, tendo em vista, por um lado, as atuais necessidades do mercado de trabalho nacional e, por outro....., aproximar aos modelos utilizados a nível regional e global (ASEAN, Austrália, Coreia do Sul, CPLP, entre outros), de forma a potencializar o reconhecimento das competências dos graduados timorenses que pretendem ingressar em mercados de trabalho em países estrangeiros.

A Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência, através das suas direções, realiza, anualmente, ações de monitorização ao funcionamento das Instituições de Ensino Superior, de forma a apurar a taxa de sucesso relativa à empregabilidade de cada curso, além da verificação da qualidade de funcionamento das próprias instituições. Acresce que a própria ANAAA, ao abrigo da sua autonomia administrativa, realiza ações de avaliação institucional e programática, através das quais identifica, entre vários aspetos, a importância do curso para as necessidades do mercado de trabalho nacional.

Por fim, há que destacar ainda a preocupação deste Ministério em promover a qualidade do ensino superior nacional, através de um melhoramento dos requisitos exigidos para a abertura de novos estabelecimentos e/ou cursos, bem como aquando da renovação das creditações institucionais e programáticas atribuídas pela ANAAA. A título de exemplo,

o Caderno Padrão para o Licenciamento de Novas Instituições prevê como requisito obrigatoriedade de se realizar um estudo de viabilidade dos cursos a ministrar, que inclui uma análise do impacto real destes cursos para responder às necessidades e exigências do mercado de trabalho nacional.

f). Há informações de que os Adidos da Educação no estrangeiro não têm um desempenho adequados nas suas funções. Qual é o ponto de situação sobre este assunto?

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

O Governo reconhece que alguns Adidos da Educação no estrangeiro tiveram um desempenho insuficiente. Neste sentido, informa-se que, no dia 31 de agosto de 2023, todos os Adidos e Assistentes dos Adidos da Educação no estrangeiro cessaram a sua missão de serviço.

Atualmente, já foram nomeados os novos Adidos da Educação para o Brasil, China, Filipinas, Indonésia e Portugal e Assistentes dos Adidos de Educação para Lisboa (Portugal), Kupang, Bali e Jakarta, devendo deslocar-se para esses países no decorrer do mês de dezembro de 2023.

h). Como é que o Governo controla a questão do uso das línguas de instrução nas Instituições de Ensino Superior privadas?

A Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência, através das suas direções, realiza, anualmente, ações de monitorização ao funcionamento das Instituições de Ensino Superior, na qual identifica a questão das línguas de instrução que são utilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

Também, anualmente, a ANAAA implementa ações de avaliação institucional e programática que servem para avaliar o funcionamento das instituições e dos cursos que são ministrados nessas instituições. Através desses processos, é possível identificar a questão das línguas utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem.

Devido aos constrangimentos identificados, particularmente na utilização da língua portuguesa pelos docentes das Instituições de Ensino Superior privadas, o Governo está a implementar algumas medidas para ajudar os docentes a melhorar o domínio da língua portuguesa, nomeadamente (i) oferecer bolsas de estudo em países da CPLP, aos docentes das IES privadas; (ii) disponibilizar docentes que ministram cursos de língua portuguesa aos docentes das IES privadas.

l). Há um edifício na UNTL que está a ser construído sem estar de acordo com os BoQ aprovados. O Ministério tem conhecimento deste assunto?

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

A UNTL tem autonomia administrativa, académica e financeira, incluindo a construção de novos edifícios através de financiamento do Fundo de Infraestruturas. Normalmente, o Ministério das Obras Públicas e a Agência Nacional de Desenvolvimento (ADN) acompanham o processo de construção dos edifícios e emitem pareceres técnicos para que o Fundo de Infraestruturas faça os pagamentos.

Esse Ministério não tem conhecimento desta questão, mas irá procurar obter informações concretas sobre o mesmo.

J). Há cursos na UNTL com falta de docentes, sendo que alguns deles não têm sequer professores permanentes. Por exemplo, o curso de Desporto na UNTL teve uma avaliação negativa no primeiro processo de avaliação programática e conseguiu, no segundo processo de avaliação, obter avaliação positiva. No entanto, muitos dos professores deste curso são cubanos e devem terminar contrato brevemente. Será preciso aumentar o orçamento para fazer recrutamento de novos professores?

A UNTL tem autonomia administrativa, académica e financeira, pelo que os responsáveis da UNTL é que podem clarificar com detalhe se o orçamento proposto para o ano de 2024 já inclui verbas para o recrutamento de novos docentes, incluindo para o curso de Desporto.

L). Em 2023, qual a execução do OGE 2023 e quais os constrangimentos?

O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura tem, em 2023, um orçamento de \$4.415.472 (quatro milhões, quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e dois dólares americanos), do qual já implementou 83%. Espera-se uma execução de, pelo menos, 92% até 31 de dezembro de 2023.

Frisar que não foram enfrentados constrangimentos relevantes, para além dos inerentes à mudança de Governo e da nova estrutura orgânica do Ministério.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

5. Instituto Nacional Ciências e Tecnologia

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). Os deputados questionaram alocação da verba para a Instituto Nacional da Ciências e tecnologia, uma vez que o orçamento para o ano de 2024 mais elevado, e solicitou a explicação sobre o aumento

Resposta: o presidente informou aos senhores deputados que o OGE de 2023 a INCT alocou uma verba na categoria de capital e desenvolvimento, devido à necessidade de melhorar as condições dos serviços. Porque a INCT não tem espaço físico suficiente para instalar todos os funcionários. Segundo o mapeamento de Recursos Humanos, o INCT deve ter 130 funcionários, sendo que atualmente tem apenas 30. De acordo com o Plano Estratégico do INCT de 2022-2030, o INCT deve ter o seu próprio edifício.

No ano fiscal de 2023, pedimos alguma verba orçamental para a expansão da sala de conferências para que seja possível receber até 200 pessoas, a construção está concluída, a reparação de portas, escadas, casas de banho, remodelação da sala dos funcionários de IT, e criação de um espaço especial para que os idosos e pessoas com deficiência possam ter acesso, estas são as razões pelas quais necessitamos de solicitar aumento do orçamento.

Para o OGE de 2024, propomos uma verba para construir a sala de trabalho dos diretores, para a manutenção do armazém, e terminar a construção da casa de banho.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

O Orçamento do INCT para o ano fiscal de 2023, foi com o valor de USD \$552,177 e para o ano fiscal 2024, com um valor de USD \$720,105.

6. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. (ANAAA)

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). Qual é o papel da ANAAA relativamente na avaliação do uso da língua oficial de ensino no processo de aprendizagem

Resposta:

Papel da ANAAA na avaliação do uso de língua de ensino no processo de aprendizagem, a ANAAA salienta que, segundo o que a Lei diz, que têm dois línguas de ensino, Tétum e Português.

b). os deputados pede a esclarecimento sobre avaliação das facilidades de Instituição do Ensino Superior

responde esta questão, informou que a ANAAA clarifica que na avaliação de Instituição Superior deve pôr em consideração das facilidades existentes. Através da avaliação, os avaliadores internacionais e nacionais vão conceder as suas recomendações para as instituições superiores por meio ANAAA. Par que nos cinco (5) anos que veem, essas instituições superiores devem responder, seguindo as recomendações dadas e ANAAA volta a fazer a reacreditação.

c) Os deputados questionaram sobre o papel da ANAAA, relativamente a conferência de imprensa que declarou pelos alguns estudantes do curso Pescas Ciencias Marínhas a, frisou que não há docentes suficientes, até os próprios estudantes que ensinam os seus colegas estudantes

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Resposta: A ANAAA salienta que na avaliação programática ANAAA utiliza a uniformização do número 10, e no standart 6 relaciona-se aos recursos humanos. Os requisitos que existam, um deles é o docente que leciona os estudantes de licenciatura, devendo obter o grau mestre. Assim também aos docentes que ensinam o curso de Mestrado, devendo adquirir em primeiro o título Doutor (Doutoramento).

7. Secretaria de Estado de Comunicação Social

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a). Os deputados questionaram sobre o aumento do orçamneto na classificação economicas nas categoria

Resposta: Relativamente a alocação da verba orçamental para a categoria de Salários e Vencimentos com \$. 1,999,484, o SECOMS justifica que esta verba é para pagar os salários dos funcionários públicos, agentes e contratados, Secretário de Estado, Chefe de Gabinete e os técnicos de apoio ao Gabinete, incluindo assessores, para o ano de 2024 e esta verba refere também aos custos de transportes e de subsídios para os cargos de chefia.

b). O orçamento para a categoria de Bens e Serviços com montante de \$954,483.00, a verba refere é para utilizar às necessidades operacionais de SECOMS, nomeadamente custo de eletricidade, internet, crédito "pulsa" aos cargos de chefia, materiais de escritório, custo de combustível, publicidade, manutenção de equipamentos eletrônicos, manutenção rotina de edifício, manutenção de veículos, cathering, viagens locais e estrangeiros, para facilitar o encontro e serviço operacional de SECOMS, durante o ano fiscal.

c). O orçamento para a categoria de Transferências Públicas está alocado com \$2,345,283.00, esta verba é para continuar a apoiar à Radio de Comunidade (\$268,000.00), estabelecimento de Rede de Informação ao nível do suco (\$47,283.00), apoio a Associação de Jornalistas (30,000) e transferência para



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

RTTL.EP (\$2,000.000,00) para garantir o seu funcionamento e fornecer informação aos públicos, assim, o orçamento vai financiar aos salários e vencimentos com o montante de \$1,515,780.00, e bens e serviços com \$484,220.00 para financiar as atividades operacionais durante o ano fiscal.

d). Orçamento para a categoria de capital menor está alocado com \$100,000.00 para fazer aquisição de equipamentos para a instalação do Laboratório Multimédia CEFTEC, para facilitar o funcionamento com mais eficiente e eficaz do trabalho do CEFTEC.

e). Orçamento para a categoria do capital de desenvolvimento com o montante de \$1,080,000.00, este orçamento é para dar continuação de construção de três Torres para o ano de 2024, assim, facilita e garante a mais cobertura para RTTL.EP no território nacional, segundo o plano vão ser construídos nos municípios, Ermera (Lalim-Lau), Lautém (Iliomar Foho Naunil), e Viqueque (Ossu de Cima).

f). quais são as medidas que a secretária da Comunicação obta para combater as informações falsas espalhadas nas rede sociais como o Facebook

Resposta: informou aos senhores deputados que será estabelecida uma equipa para combater as notícias falsas que sempre decorreu no pública, pedindo ao Parlamento para voltar a dar consideração a Lei Cibernética e a Lei de Radio e Difusão. E informou que já submeteu no conselho de Ministro a lei Cibermetica e a lei Radio e Difusão.

h). Informou ainda, que na categoria da transferência publica foi alocada verba para o programa de Radio Comunidade, com o orçamento de USD 268,000.00, esse valor será para apoiar as 18 rádios comunitárias nos municípios, uma vez que o programa do IX Governo considera que as rádios comunitárias são importantes, tendo o papel de levar as notícias até às áreas remotas, estimulando e fortalecendo a comunicação social através das rádios comunitárias. Para além deste programa secretário estado aloca também verba para apoiar a iniciativa das atividades das Associação Jornalista com o montante de USD 30,000.00; (AJTL, TLPU, UPJTL no ARKTL)

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

8. Instituto Nacional Politécnico de Betano (IPB)

Os principais problemas suscitados na audiência pública com o IPB foram os seguintes:

a) A comissão quer saber os estudantes graduados do IPB, depois da conclusão do curso há algum conhecimento do Instituto que eles vão desenvolver mesmo o conhecimento que eles adquiriram no IPB.

Resposta:

A resposta é positiva, há muitos estudantes que depois de terem feito o curso, têm paixão de desenvolver os conhecimentos que adquiriram para o mundo de trabalho. E o Instituto está orgulhoso.

b) Qual a condição da residência dos estudantes do IPB?

Resposta: Por enquanto, o instituto ainda não possui dormitório próprio para estudantes, mas estamos a construir o. Por enquanto, eles têm direito a receber 35 dólares por mês através do instituto para que possam viver em alojamento, porque nem todos os estudantes são do município de Manufahi.

c) A Comissão pretende saber qual a razão da redução da verba do salário e vencimento? Resposta: Acontece redução na verba dos salários e vencimentos, por causa de resignação dos funcionários. Os Recursos Humanos neste momento estão com 15 funcionários e é preciso completar mais, que efetivamente precisa de 50 pessoas.

9. Universidade de Timor Lorosa'e (UNTL)

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUIDAS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

a) A comissão necessita de uma explicação clara por parte da UNTL, relativamente ao número de estudantes "drop out".

Resposta: A UNTL nunca praticou nenhum ato ou conduta de "drop out", a UNTL usa o termo inativo, informou ainda que no mês de agosto de 2022, a UNTL fez um comunicado em que deu um prazo de 18 meses, ou seja, até ao dia 24 de dezembro de 2023, para que os estudantes que estão inativos possam continuar os seus estudos, e para além disso, a UNTL também está com dificuldade de efetuar o registo, devido à mudança de Sistema.

b) Relativamente, a questão dos professores que abandonaram as aulas durante o processo de aprendizagem, qual o mecanismo que a UNTL utiliza para resolver essa situação?

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

c) Pela observação da Comissão, constatou-se que existe um problema com o muro de proteção da Escola de Engenharia de Hera, e que ainda não foi resolvido. Assim, o assunto necessita ser esclarecido pela universidade.

d) Efetivamente, a comissão considera fundamental reforçar cada vez mais a área de investigação ou pesquisa, e aconselha a UNTL a refletir sobre isso.

Resposta: Que é um dos objetivos da UNTL, produzir recursos humanos qualificados, para desenvolver o país. A investigação faz parte do currículo da UNTL, continuando a apostar cada vez mais nisso.

e) Todavia, um dos problemas identificados pela comissão em relação a UNTL é a falta de livros atualizados.

Resposta:

g) Segundo a avaliação da ANAAA, deveriam existir 12 docentes permanentes em cada faculdade, mas o que acontece na realidade é o contrário. Como a universidade resolverá esse problema) A comissão necessita de informações detalhadas da Universidade, relacionadas com a abertura de novos cursos na UNTL.

Resposta:

j) A comissão pretende saber quantas dívidas foram feitas pela Universidade?

k) Quando vai haver uma política de remodelação do edifício da UNTL?

l) Em relação à execução do orçamento de 2023 da UNTL até à data com execução de 65%, e agora para o plano orçamental para 2024 pediu para adicionar 1,2 dólares no orçamento de Capital de Desenvolvimento para 3.000.000 dólares. Qual a razão do crescimento da verba orçamental?

M) Quais as medidas para resolver as questões afetadas pelos professores cubanos que vão terminar contrato no mês de dezembro de 2023.

Resposta: A UNTL continua a procura das medidas aptas e adequadas para poder resolver já o assunto, porque efetivamente temos uma boa cooperação entre Timor-Leste e Cuba.

III. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL

1. Enquadramento constitucional

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) inclui a aprovação do Orçamento Geral do Estado no domínio de competência legislativa absolutamente

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

reservada do Parlamento Nacional, consoante o disposto na alínea d) do artigo 115.º e no artigo 145.º da CRDTL.

A competência legislativa assim estabelecida é exercida através da aprovação ou da alteração da Lei do Orçamento Geral do Estado para um determinado ano financeiro. A sua concretização faz-se, pois, através de lei.

A iniciativa legislativa compete, em geral, aos Deputados, às Bancadas Parlamentares e ao Governo, nos termos do artigo 97.º da CRDTL e do artigo 90.º do RPN e consiste no poder de desencadear o procedimento legislativo.

2. Enquadramento legal

Em matéria de direito substantivo, além de enquadrado pela Constituição, o regime orçamental encontra-se regulado pela Lei n.º 13/2009 de 21 de outubro – Orçamento e Gestão Financeira², alterada pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública.

No caso em apreço, por se tratar de legislar em matéria orçamental, a iniciativa legislativa está reservada exclusivamente ao Governo, consoante o disposto nos artigos 97.º, n.º 1, alínea c), 115.º, n.º 1, alínea d), 145.º, n.º 1, da CRDTL e no artigo 162.º do RPN.

IV. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL

Segundo artigo 145.º da Constituição da RDTL atribui a competência ao Governo de elaborar o Orçamento Geral do Estado e que vai ser aprovado pelo Parlamento Nacional.

No entanto, a presente proposta de lei adiante designada PPL, é apresentada pelo Governo com o processo de urgência, estando respeitado as regras estabelecidas no Regimento do Parlamento Nacional, nos termos do artigo 97.º.

² Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro. Promulgado em 15 de outubro de 2009. Publicado na Série I, nº 7 A do Jornal da República de 9 de fevereiro de 2022.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Ministério de Educação,

O orçamento atribuído ao Ministério da Educação está de acordo com as prioridades do IX Governo Constitucional, assim, com total de **114.943.286** e está dividido em 5 categorias: salários e vencimentos, bens e serviços, transferências públicas, capital menor e capital de desenvolvimento.

Nos Salários e Vencimentos está a prever 87.431.46 destinados aos salários e abonos regulares e permanentes. O orçamento de 80.270.650, algum montante de 68.000 e tal é para pagamento de 15.000 e tal professores e funcionários do Ministério de Educação que são compostos por 503 funcionários permanentes e cargos de direção de chefias, incluindo inspetores escolares dos 12 municípios e 172 funcionários contratados do agente de administração pública, 45 coordenadores do programa de alfabetização, 48 mentores locais, e 2 membros do Governo de nomeação política e 14.623 professores compostos por nível de categoria, nomeadamente 3.000 professores seniores e 6.535 dos professores de regime carreira docente e 5.000 professores ingressos a carreira especial, que divide aos professores do cargo diretiva 1965 e nível do ensino e cargo de chefia nas escolas básicas e secundárias, gabinete do apoio técnico e coordenador filial e pré-escolar.

E também aos professores contratados prevê 588 professores em ingresso especial, quando falamos de ingresso ou mudança de grau vai impactar também o orçamento. Há também alocação ao 5 milhões 972mil227usd aos agentes contratados que dão apoio ao Ministério de Educação, tendo Coordenador Nacional e Internacional há 150 professores portugueses para o Projeto Café, mediante o orçamento 5 milhões paga também aos 4mil75 professores nacionais que trabalham no projeto café, centro aprendizagem formação educativa, tendo assessores internacionais de 7 pessoas e de nacionais 30, no âmbito de desenvolvimento curricular, e 6 professores para o programa de equivalência.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Há também alocação 5.300.733 para o salário do décimo terceiro aos 15.437 professores de regime especial e funcionário permanente no regime geral. E por volta de 7 milhões e tal que aloca aos variáveis abonos, ao subsídio do transporte aos 15mil447 professores de regime especial e aos funcionários do regime geral, tendo subsídio de alojamento de 536mil920usd aos professores destacados de uns municípios aos outros municípios, tendo 39 mil para o pagamento hora extraordinário aos funcionários durante elaboração do Orçamento Geral do Estado e encerramento de conta para o ano fiscal de 2024.

Bens e Serviços: 11.475.874. esta verba orçamental alocada é para efetuar o pagamento de:

- ⇒ vestuários para atividade do desporto escolar, pagamento aos telefones fixos, aos telemóveis, funcionamento de energia elétrica, uso da internet no ministério, operação de distribuição dos materiais, principalmente na impressão material, aquisição dos bens consumíveis, como o desenvolvimento do currículo básico, impressão dos manuais para ensino técnico vocacional e impressão de cadernetas e pontos de exame nacional.
- ⇒ Aquisição dos diversos materiais de necessidade de cada direção e gabinete de unidade orgânica do ministério.
- ⇒ Aquisição de materiais para os funcionários, incluindo ao escritório do INFORDEPE.
- ⇒ Aquisição de combustível para 114 viaturas, inclusive motorizadas usadas pelo INFORDEPE para ar formação às escolas e também para fazer supervisionamento.
- ⇒ Limpeza e higiene, aliás, o pagamento a companhia que faz limpeza ao ministério.
- ⇒ Custo de manutenção, para a despesa para a manutenção de veículos, manutenção de edifício central do município e reabilitação salas de aula do ensino básico e secundário para pequenas reparações, inclusive para a escola café.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- ⇒ Fornecimento de água diária no ministério, e evento nacional organizado pelo ministério quer com alunos quer com professores.
- ⇒ Custo de comunicações, pagamento de linha internet gratuita para escolas. E agora temos cento e tal escolas que têm instalação e também pagamento de telefone fixo pré-pago ao ministério.
- ⇒ Serviços profissionais para conceder formações aos professores de CAFÉ.
- ⇒ Aos eventos nacionais e municipais.
- ⇒ Aquisição dos manuais, e diplomas aos estudantes de finalistas.
- ⇒ Atividades da formação dos professores, supervisão e disseminação dos exames nacionais.
- ⇒ Supervisão para as infraestruturas.
- ⇒ Deslocação dos profissionais dos ministérios aos estrangeiros.

Transferências públicas: 9.257.287 usd esta verba orçamental alocada é para efetuar o pagamento de:

- ▷ Apoiar a atividade operacional de escola de agricultura que o Ministério de Agricultura reintegra no Ministério de Educação
- ▷ Apoiar a operação ou funcionamento da escola de CAFÉ
- ▷ Apoiar a pesquisa de história do comité orientador
- ▷ Curso de bacharelato que iniciou em janeiro até dezembro
- ▷ Programa de alfabetização e equivalência aos 15 centros comunitários
- ▷ Programa de envasamento escolar.

Capital menor: 1.818.693 usd: esta verba orçamental alocada é para o uso de:

- ▷ Motorizadas para a supervisão dos projetos de infraestruturas educativas nos municípios
- ▷ 41 computadores, 3 portáteis à UNESCO, 5 para o Gabinete de Relação Pública.
- ▷ Aquisição de equipamento de segurança

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

↳ Aquisição aos materiais do teste

⇒ Aquisição de mesas e cadeiras para as escolas de ensino pré-primário, ensino básico e ensino secundário profissional.

⇒ Aquisição de máquina espiral, nomeadamente *theodolite*

Capital de desenvolvimento com 5 milhões, esta verba orçamental alocada é para efetuar o pagamento de:

⇒ Reapropriação para as 17 escolas e uma escola de ensino básico com 18 salas de aula.

⇒ Reapropriação do orçamento para as escolas com total de 15 escolas, uma escola secundária geral do ensino técnico vocacional com total de 66 salas de aulas.

⇒ Pagamento para construção de 11 municípios de pré-escolar.

⇒ Construção de morro para a proteção do técnico profissional de Maliwaka em Maliana em ETV Alas Dotik.

⇒ Construção de escola básica de 27 salas de aula.

⇒ Pagamento para construção e reabilitação do edifício não formal

2. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

Orçamento alocado ao Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura com total 8.469, 283usd, divide-se para três (3) programas, doze (12) subprogramas com cinquenta e sete (57) atividades.

Estes três programas são:

- inclusão social com verba orçamental de 3.6, correspondendo para cinco subprogramas, nomeadamente desenvolvimento do envolvimento cívico para a vida saudável de juventude, desenvolvimento de criatividade de juventude,

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

promoção de atividade desportiva na sociedade, desenvolvimento atlético de alta competição, desenvolvimento de infraestrutura na área de juventude.

- Cultura e património com verba orçamental de \$749.920, corresponde para três subprogramas, nomeadamente desenvolvimento de criatividade de arte e de património cultural, promoção identidade cultural e criatividade de arte, desenvolvimento de infraestrutura e facilidade de arte e cultura.
- Funcionamento e desenvolvimento institucional com verba orçamental de 4.112, correspondendo para quatro subprogramas, nomeadamente funcionamento institucional, desenvolvimento institucional, parcerias infraestruturas para o serviço administrativo.

O orçamento alocado ao aludido ministério divide-se para quatro (4) categorias que são:

- Salário e vencimento com 2.9;
- Bens e serviços 933;
- Capital e desenvolvimento 745;
- Transferência pública 3.834.

3. Ministério de Administração Estatal

Na Proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2024, o Ministério da Administração Estatal (MAE) obteve a dotação cujo montante de \$54,409,666 que cresceu por volta de 3%, comparando com o orçamento do ano fiscal de 2023 com \$52,764,796.00.

Obviamente, esta verba orçamental do MAE divide-se para cinco (5) categorias que são as seguintes:

- Salários e vencimentos com \$13,560,352;

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- Bens e serviços correntes com \$11,705,694;
- Transferências públicas com \$27,157,020;
- Capital Menor com 1,986,600,
- Capital de Desenvolvimento \$0.00

Além disso o referido orçamento alocado vai dar prioridade aos cinco (5) programas:

- Descentralização Administrativa e Poder Local com verba orçamental de \$30,482,492;
- Funcionamento e Desenvolvimento Institucional com verba orçamental de \$20,842,366;
- Inclusão Social com verba orçamental de \$46,000;
- Toponímia e Organização Urbana \$1,590,744;
- Desenvolvimento Local \$1,447,264.

4.Ministério de Ensino Superior, Ciência e Cultura

A proposta orçamental do MESCC para o ano fiscal de 2024 cresceu para \$9.132.72, com dois (2) programas, seis (6) subprogramas com vinte e nove (29) atividades.

Os dois programas são:

- ⇒ Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional com o montante de \$1.866.754;
- ⇒ Programa Educação e Formação com o montante de \$7.265.318.

Em termos de alocação por categorias, o MSCC há:

- ⇒ Salários e vencimentos com \$2.333.957
- ⇒ Bens e serviços correntes \$1.491.715
- ⇒ Transferências públicas \$5.155mil
- ⇒ Capital menor 117.000

Não obstante, há prioridades do MESCC para o ano 2024 como:

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- ⇒ Assegurar o funcionamento de Comissão Coordenadora das Universidades e Institutos Superiores. E é a iniciativa do Governo na área de ensino superior, aliás, o que é a comissão vai fazer para apoiar as Universidade e Institutos Superiores.
- ⇒ Atribuição de Subvenção Pública para Instituição de Ensinos Superiores Privados com verba orçamental de 5milhões, o Governo vem com a iniciativa de conceder subsídio, mas com exceção, aliás, deve haver uma contrapartida por parte deles.
- ⇒ Conclusão de Revisão de Sistema Nacional de Qualificação de Timor-Leste, o MESCC vai trabalhar com entidades relevante, nomeadamente o Ministério de Educação, o SEFOPE e o INDIMO para rever o enquadramento legal do Sistema Nacional de Qualificação.
- ⇒ Desenvolvimento os Institutos Nacionais de Politécnico, se continuamos a dar continuação ao Instituto Politécnico ou IPB, que no passado eles começaram a construção e neste ano vai ser concluído.
- ⇒ Desenvolvimento dos Institutos Nacionais de Politécnico de Hotelaria em Lospalos.
- ⇒ Implementação de Sistema de Gestão de Base de Dados de 2024. Atualmente, temos 19 Universidade, para que funcione melhor cada vez mais, precisando o sistema rigoroso ou melhor. Em 2023 tinha feito esse sistema às seis (6) universidades, faltando 13 universidade que ainda não concluíram para obter o aludido sistema digital.

Há atividades rotinas que o Ministério continua fazer designadamente:

- ⇒ a implementação do processo de acesso ao ingresso do Ensino Superior Público (UNTL e IPB).
- ⇒ Avaliação dos novos cursos das 19 universidades no território nacional.

1. Instituto Nacional Ciências e Tecnologia

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Relativamente, ao plano orçamental do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT), vindo com dois programas cruciais:

- ⇒ O programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional divide-se aos três (3) subprogramas: funcionamento institucional (\$12,987), desenvolvimento institucional (\$332,830) e infraestruturas dos edifícios administrativos (\$39.000).
- ⇒ O programa de Educação e formação divide-se a um subprograma que é ciência e tecnologia (\$335.287).

O orçamento alocado a INCT para o ano de 2024 com verba de \$720.125.

➤ Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. (ANAAA)

Relativamente ao plano orçamental de Agência Nacional para Avaliação Académica, I.P. com verba de \$923.739. Os programas prioritários de ANAAA são:

- ▷ Programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional divide-se para quatro subprogramas (Funcionamento Institucional, Desenvolvimento Institucional e Parcerias, Sistema de garantia de qualidade do ensino superior e o programa nacional de equivalência).
- ▷ Programa de Educação e Formação

Atividades fundamentais da ANAAA são as seguintes:

- ▷ Avaliação e acreditação programática para o ano de 2024 é curso com total 32, mediante Ensino Superior Acreditado (UNPAZ, UNDIL, UNITAL, IOB, ISC, DIT, UNTL e IPB)
- ▷ Avaliação Institucional Acreditada para as 6 instituições do Ensino Superior, 5 reacreditação (UNDIL, UNITAL, IFSS) e e inicial acreditação é UCT;
- ▷ Avaliação do progresso anual;
- ▷ Pesquisa empregadores graduados;
- ▷ Inspeção para a auditoria do ano fiscal de 2016-2020;

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

- ▷ Formação garante a qualidade institucional;
- ▷ Cooperação e Parceria no âmbito internacional de ANAAA;
- ▷ Preparação para a diversificação de rendimentos de ANAAA;
- ▷ Renovação do edifício de ANAAA.

Com o total orçamento alocado para ANAAA de \$923.739, divide-se para cinco (5) categorias:

- ▷ Salários e vencimentos com verba de \$208.709
- ▷ Bens e serviços com verba de \$354.879
- ▷ Capital menor com verba de \$9450.000
- ▷ Capital de desenvolvimento de \$350.000
- ▷ Transferências públicas com verba de \$500.000

Secretaria de Estado de Comunicação Social

Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS) que toma responsabilidade ao desenvolvimento do setor de comunicação social, segundo a Orgânica do IX Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 46/2023, de 28 de julho. Todavia, para melhorar ainda o desempenho do serviço, a SECOMS também elaborou o seu Plano Estratégico de 2024-2028 de acordo com o programa do IX Governo.

Relativamente ao Plano Estratégico de SECOMS, prevê a visão para que a SECOMS consiga atingir para o ano de 2028 com lema “Komunikasaun Social Livre, Independente no Pluralista”, no entanto anualmente SECOMS elabora o seu Plano Ação Anua, contribuindo para o desenvolvimento do setor de comunicação social e continua a promover a liberdade de expressão e liberdade de imprensa para o Estado de Direito Democrático.

Efetivamente, para o ano de 2024, SECOMS tinha elaborada o seu plano de ação anual, juntamente com o plano orçamenta com as seguintes descrições:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Relativamente ao Orçamento Geral de Estado para 2024, a Secoms está com 6,479,250.00, dividindo para cinco (5) categorias, salários e vencimentos (1,999,484.00), Bens e Serviços (954, 483.00), Transferências Públicas (2,345,283.00), Capital Menor (100,000.00) e Capital de Desenvolvimento (1,080,000.00).

O SECOMS tem dois programas prioritários como:

- ⇒ Programa de Desenvolvimento do Setor de Comunicação Social, tendo a fortalecer a legislação de comunicação social, a média forte e profissional com o seu indicador de desempenho, (1) aumentar o acesso de informação para a população através de meio de comunicação social, (2) aplicação de normas legais para garantir a atividades de imprensa de meio de comunicação social com liberdade e independente. Este programa tem quatro (4) subprogramas, 13 atividades.
- ⇒ Programa de Desenvolvimento do Sistema de Comunicação Institucional do Governo, o programa com objetivo de médio prazo (*outcome*), Comunicação Institucional do Governo Forte e Profissional com indicador de desempenho para divulgar a ação governativa. Este programa tem dois (2) subprogramas com seis (6) atividades.

Instituto Nacional Politecnico de Betano (IPB)

O OGE para o ano 2024 para o IPB foi de US\$ 1,211,679. A execução orçamental deste Instituto situa-se nos 84,1% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência no dia 02 de dezembro de 2023).

Para o OGE 2024, a valor proposto para orçamento do IPB é de 1.508.174.

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

A Universidade de Timor Lorosae (UNTL)

O OGE para o ano 2024 para o UNTL foi de US\$ 17,282,336. A execução orçamental deste Instituto situa-se nos 79,1% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência no dia 02 de dezembro de 2023).

Para o OGE 2024, a valor proposto para orçamento do UNTL é de US\$ 17,282,336

V. Conclusões

Até ao momento da realização das audiências públicas mencionadas, a execução orçamental do OGE de 2024 é baixa nas áreas da Competência desta Comissão G variando de um mínimo de 6,13% ao Ministério da Educação e Secretário de Estado e no UNTL a 10,56%.

Da análise da PPL n.º 4/VI (I.ª), em confronto com o OGE de 2023 se conclui que, em termos globais, para 2024, haverá aumento das provisões orçamentais nas áreas de competência desta Comissão G.

VI. Recomendações

Ministério da Educação e o Secretário de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico- Vocacional

1. Devem ser tomadas medidas, sobre os edifícios dos projetos comunitários, que não respeitaram as regras estipuladas no contrato;

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

2. Ministério da Educação, deve criar condições para que as comunidades que atualmente ocupam os recintos escolares, os desocupem, uma vez que os mesmos os querem desocupar, mas aguardam que lhes sejam criadas as condições necessárias para isso;
3. Projetos comunitários de infraestruturas educativas, deve incluída a instalação elétrica, bem como o mobiliário escolar, cadeiras, mesas, os materiais básicos e água potável;
4. Em coordenação com Comissão da Função Pública, deve resolver os problemas que existem relativos à reforma dos professores com idades avançadas, inválidos e doentes.
5. atribuir transporte aos inspetores da educação municipal, para que eles possam desempenhar o seu trabalho com a qualidade desejada.
6. Deve atribuir combustível aos cargos de chefia municipal, para que possam fazer as suas funções de monitorização nos Postos administrativos e áreas remotas.
7. rever manual da merenda escolar, uma vez que os preços do mercado sobem, e não correspondem aos preços estipulados no manual.
8. Que melhore os mecanismos de coordenação com o Ministério da Administração Estatal em matéria de merenda escolar.
9. A par dessa necessidade importante também que o ME deve trabalhar de forma transparente e conjuntamente com os outros linhas ministeriais em prol da melhoria da educação das nossas crianças e jovens.
10. Ao Ministério da Educação, deve rever os itens de orçamento da conceção escolar, devido o item atual do orçamento não corresponder à realidade das escolas.
11. Adotar medidas para que sejam resolvidos os problemas causados pela falta de água potável e de casas de banho nas escolas, sobretudo nas áreas remotas.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

12. Ao Ministério Educação, deve rever manual da merenda escolar, uma vez que os preços do mercado sobem, e não correspondem aos preços estipulados no manual.
13. Para que no futuro o levantamento ou transferência do orçamento seja sujeito a menos burocracias, para não atrasar no início da construção, uma vez que devido à época das chuvas, nas áreas remotas não é possível realizar a construção dos projetos e consecutivamente cumprir o término dos mesmos, previsto nos contratos;
14. O Ministério da Educação deve criar uma circular para regular os professores que estão a receber o salário pelo Ministério da Educação, mas lecionam nas escolas privadas;
15. Para nos futuros projetos comunitários de infraestruturas educativas, seja incluída a instalação elétrica, bem como o mobiliário escolar, cadeiras, mesas, os materiais básicos e água potável;
16. O ME deve rever o artigo 11.º do Decreto-Lei N.º 31/2023, de 31 de maio, ingresso especial, os Deputados repararam que existe um lapso na parte de republicação.
17. Recomenda ao Ministério da Educação, para que no futuro seja resolvida as questões relacionadas com os professores contratados e os professores parciais;

Ministério Administração Estatal:

Recomenda-se que no futuro, o Ministério da Administração Estatal, esteja em linha de coordenação com o Ministério da Educação, antes de iniciar a construção ou reabilitação das escolas nos Municípios, uma vez que as escolas são construídas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS), não estão de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação, e alguns edifícios que ainda não foram utilizados já se encontram em más condições;

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

3. Ministério da Juventude Desporto Arte e Cultura:

1. Recomendar ao Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC), que antes de alocar orçamento no programa, deve capacitar os grupos de jovens dos sucos, uma vez que os mesmos, não têm conhecimentos de gestão de orçamento com montantes elevados;
2. Para que os Centros de Juventude, possam realizar as suas atividades, o Ministério Juventude Desporto e Arte Cultura (MJDAC), deve apoiar com material de escritório e equipamento informático;
3. A construção das infraestruturas desportivas previstas (campo multiusos e campo comunitário) e alargamento da sua estrutura aos postos administrativos.
4. A necessidade de o Governo dotar todo o território de espaços de desporto e lazer para a juventude.

Ministério do Ensino Superior Ciência, e Cultura

A Comissão G recomenda ao Ministério:

- a) A melhoria da coordenação entre o Ministério do Ensino Superior, Ciências e Cultura e o Ministério para os assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional sobre o tipo de documentos que servem de comprovativos da qualidade de filhos dos combatentes/mártires ao acesso de ingresso da Universidade de Timor Lorosa'e
- b) O estabelecimento de critérios transparentes e exigentes a cumprir pelas Instituições de Ensino Superior privadas para acederem às linhas de crédito públicas. Nomeadamente exigências ao nível da qualidade do ensino, utilização das línguas oficiais (tétum e português) e investigação;
- c) O controlo da língua do ensino utilizada nas instituições privadas de ensino superior por forma a que sejam respeitadas as línguas nacionais.

IPB: Instituto Politécnico de Betano



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

a). Seja completada a estrutura do IPB por forma a que possa ministrar todos os cursos e fazer funcionar todos os seus Departamento que foram previstos desde a sua fundação, mas que não funcionam por falta de meios recursos humanos e materiais;

V. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo das conclusões e recomendações, e da sujeição a um escrutínio mais pormenorizado das mesmas na Especialidade, a Comissão G considera que se encontram reunidas as condições exigidas pela Constituição e pela lei para que a PPL, na parte referente às matérias da competência material da Comissão G, possa ser apreciada em Plenário.

VI. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão G, que se realizou no dia 6 de dezembro de 2023, estando presentes x Deputados, tendo sido aprovado com 6 Votos a favor, 0 votos contra, e 0 abstenção.

Parlamento Nacional, (...) de dezembro de 2023.

O Presidente da Comissão,

Deputado Armando dos Santos Lopes

O Relator,

Deputado Mateus da Cruz de Carvalho



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

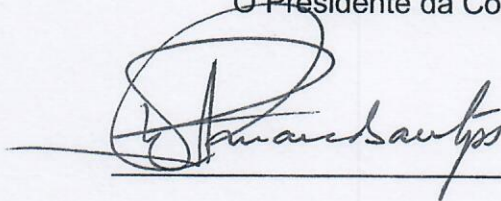
Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

VI. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão G, que se realizou no dia 6 de dezembro de 2023, estando presentes x Deputados, tendo sido aprovado com 6 Votos a favor, 0 votos contra, e 0 abstenção.

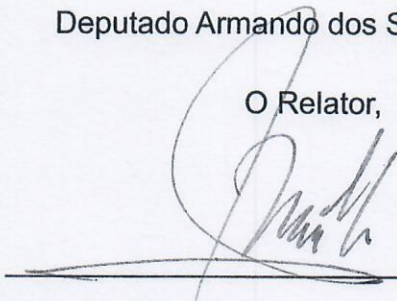
Parlamento Nacional, (...) de dezembro de 2023.

O Presidente da Comissão,



Deputado Armando dos Santos Lopes

O Relator,



Deputado Mateus da Cruz de Carvalho